

Daniel Dela Coleta Eisaqui

REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS

**A Teoria da Imprevisão no
Código Civil Brasileiro**

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8644-0

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Eisaqui, Daniel Dela Coleta.

E36 Revisão judicial dos contratos: a teoria da imprevisão
 no Código Civil Brasileiro./ Daniel Dela Coleta Eisaqui./
 Curitiba: Juruá, 2019.
 228p.

1. Contratos – Aspectos jurídicos. 2. Código Civil –
 Brasil. 3. Economia. I. Título.

CDD 346.07 (22.ed)
 CDU 347.73

143957
 00114

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 AS RELAÇÕES ENTRE DIREITO E ECONOMIA	27
2 O MODELO CLÁSSICO DA TEORIA CONTRATUAL	37
3 A TEORIA CONTRATUAL CONTEMPORÂNEA	43
3.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS E RELAÇÕES PRIVADAS	48
3.2 A CONSTITUIÇÃO COMO PARADIGMA	52
3.2.1 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	56
3.2.2 O Acesso à Justiça	63
3.3 O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002.....	67
3.3.1 O Vetor da Eticidade	69
3.3.2 A Boa-Fé Objetiva.....	72
3.3.3 A Função Social do Contrato.....	79
3.3.4 O Princípio da Equivalência Material.....	84
3.4 A REFORMA DE 2002 DO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO	86
3.4.1 A Quebra da Base Negocial – §313, I, do BGB	89
3.4.2 Falta da Base Negocial – §313, II, do BGB.....	91
3.4.3 Efeitos do §313 do BGB.....	91
3.5 A REFORMA DE 2016 DO CÓDIGO CIVIL FRANCÊS	92
4 A TEORIA DA IMPREVISÃO	95
4.1 DEFINIÇÃO.....	96
4.2 HISTÓRICO.....	97
4.2.1 Base Filosófica	98

4.2.2	Evolução	99
4.3	REQUISITOS	102
4.3.1	Contrato de Execução Continuada ou Diferida.....	102
4.3.2	Fatos Supervenientes	104
4.3.3	Onerosidade Excessiva	106
4.4	EFEITOS	108
4.4.1	A Revisão do Contrato.....	109
4.4.2	A Denúncia do Contrato à Luz da Teoria do Adim- plimento Substancial.....	111
4.5	ASPECTOS PROCESSUAIS DA REVISÃO	115
4.5.1	Ajuizamento Necessário da Demanda Revisional e Antecipação de Tutela	116
4.5.2	Preclusão da Possibilidade de Oferta de Alteração Equitativa do Contrato	119
4.5.3	Dos Poderes do Juiz.....	120
4.6	A TEORIA DA IMPREVISÃO E OS CONTRATOS ALEA- TÓRIOS	124
4.6.1	A Questão no Direito Sulamericano	130
4.7	VALIDADE DA RENÚNCIA AO DIREITO DE REVISÃO... 131	
5	ESTUDO DE CASO	135
5.1	CONTRATO DE <i>LEASING</i>	136
5.1.1	Natureza Jurídica	138
5.1.2	Regime Jurídico	140
5.1.3	Classificação	141
5.1.4	Coligação Contratual na Relação de Arrendamento	142
5.1.5	Espécies de <i>Leasing</i>	143
5.1.6	O <i>Leasing</i> e a Teoria da Imprevisão	145
5.1.7	A Maxidesvalorização do Real em 1999	146
5.1.8	A Maxidesvalorização do Real no Judiciário.....	146
5.1.9	A Teoria da Imprevisão Aplicada aos Contratos de <i>Leasing</i> no Contexto da Crise de 1999	148
5.2	A CRISE INTERNACIONAL DE 2008.....	152
5.2.1	Histórico da Crise	152

5.2.2	Repercussões Jurídicas da Crise	154
5.3	CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA	157
5.3.1	A Abstração	159
5.3.2	A Contradição	165
6	INFLAÇÃO E IMPREVISIBILIDADE	169
6.1	PARÂMETROS DE AFERIÇÃO DA IMPREVISIBILIDADE...	173
6.1.1	A Atuação Governamental.....	174
6.1.2	As Consequências do Fato Superveniente	177
6.1.3	A Capacidade do Homem Médio.....	178
6.1.4	Método Escalonado de Análise.....	182
7	UMA PROPOSTA DE LEGE FERENDA	185
7.1	CRÍTICA À PROPOSTA DE NELSON BORGES.....	189
7.2	PROPOSITURA	190
7.2.1	Fundamentação	192
7.3	UMA QUESTÃO TERMINOLÓGICA	195
8	CONCLUSÕES	197
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
	REFERÊNCIAS	209
	ÍNDICE REMISSIVO	219